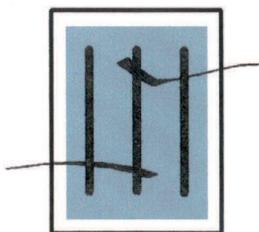


Universalism, National Question and Conflicts Concerning Hegemony

Domenico Losurdo, José Barata-Moura, Stefano G. Azzarà
(ed.s)

Internationale Gesellschaft Hegel-Marx
für dialektisches Denken



International Congress
Rectorate of the University of Lisbon
28-30 May 2009



LA CITTÀ DEL SOLE

Edizioni
LA CITTÀ DEL SOLE s.r.l.
info@lacittadelsole.net – www.lacittadelsole.net
Napoli

ISBN 978-88-8292-465-2

LUÍS MOITA
ESPAÇOS ECONÓMICOS
E CONFIGURAÇÕES POLÍTICAS

Um olhar pela história dos últimos séculos suscita algumas observações interessantes acerca da relação entre espaços económicos e espaços políticos, permitindo um certo número de conclusões sobre as conexões entre as áreas nas quais se estruturam os mercados e os territórios das unidades políticas que lhes estão associados no tempo. Mais concretamente, recapitulando factos bastante conhecidos, proponho uma hipótese interpretativa relativa à articulação entre duas realidades: 1) as várias etapas do sistema económico que habitualmente designamos por capitalismo e 2) as dimensões territoriais dos centros politicamente dominantes ao longo dessas etapas.

Semelhante exercício merece uma advertência inicial. A fim de eliminar o risco de interpretação errónea, convém precisar que rejeito qualquer leitura linear da história. Ao traçar uma evolução, não é legítimo concluir que se trata de algo mecânico, como se as etapas se sucedessem umas às outras de modo rígido, segundo uma linha de causalidade contínua. Como bem sabemos, as tendências das sociedades cruzam-se e sobrepõem-se como ondas que se cavalgam e, longe de ser rectilínea, a história vive na complexidade como também na ambiguidade: ela não é um caminho de sentido único, antes os seus percursos são portadores de sentidos múltiplos, hesitantes e por vezes contraditórios. Daí a necessária cautela em muitas das formulações que usarei para transmitir as minhas reflexões.

Admitamos que a partir dos séculos XIV e XV se desenvolveu na Europa um sistema económico centrado na acumulação do capital, justificando plenamente a nomeação corrente de capitalismo. Constituía uma economia-mundo, no sentido braudéliano do termo¹, uma vez que se tratava de um espaço económico amplo e delimitado, razoavelmente unificado por um mercado onde já se verificava uma divisão internacional do trabalho, espaço esse comandado por um centro dominante cuja influência se propagava até às zonas periféricas. A sua particularidade, na altura, era a de serem o desenvolvimento do comércio

¹ Ver BRAUDEL 1985.

e os primórdios da actividade bancária as principais fontes da referida acumulação do capital e daí a consagrada designação de capitalismo mercantil.

Deixando de lado o debate sobre as formações – digamos – proto-capitalistas, como a que se constituiu ao longo do Báltico no tempo da Liga Hanseática, podemos dar como assente que o capitalismo mercantil se disseminou pela Europa a partir do século XIV e que é possível identificar, com razoável segurança, aquele que foi o seu primeiro centro hegemónico: a Sereníssima República de Veneza. Situada numa posição absolutamente privilegiada no cruzamento de grandes rotas comerciais tanto marítimas (o Adriático, a abrir para o Mediterrâneo...) como terrestres (a rota da seda em direcção ao Oriente, os caminhos para a troca de produtos por toda a Europa central...), Veneza viu proliferar o comércio e a finança, estendendo a sua influência preponderante sobre toda a economia-mundo capitalista. E se seguirmos o pensamento de Braudel, nele encontraremos o itinerário histórico desses centros dominantes ao longo dos séculos do capitalismo mercantil: depois de Veneza, Antuérpia (mais ou menos a partir de 1500), de seguida Génova (desde 1550-60), para mais tarde o centro se instalar em Amsterdão (desde 1590-1610 até sensivelmente 1790)².

O que tiveram de comum estas unidades políticas que hegemonizavam o espaço económico mercantil foi o facto de serem Cidades-Estado. Quer dizer, pequenos territórios, logicamente urbanos, dotados de um poder político que se estendia sobre a economia-mundo envolvente.

Esta realidade sócio-política a que chamamos Cidade-Estado já era bem conhecida da antiguidade clássica, com relevo para a civilização grega, mas reaparece na Europa em simultâneo com o declínio do feudalismo: comerciantes e artesãos prosperam nos burgos, onde os habitantes, justamente burgueses, iniciam um longo processo ascendente que mais tarde os consagrará como grupo social dominante. Estas novas cidades desempenham um papel determinante, seja a norte (desde Bergen, ou Riga, ou Hamburgo, no Báltico..., precisamente nos tempos áureos da referida Liga Hanseática), seja a sul, no Mediterrâneo, com as célebres Cidades-Estado italianas onde floresce a nova era do Renascimento.

Estes factos permitem porventura estabelecer uma equação que verifica a correspondência entre o período mercantil da sociedade capitalista e o domínio por parte de pequenos territórios que centralizam o essencial da regulação dessa área económica. A fase do capitalismo mercantil coincide com a hegemonia das Cidades-Estado, tanto as do norte de Itália (Veneza, Génova...) como as da Flandres (Antuérpia, Amsterdão...), dando-se uma espécie de disputa entre o

² *Ibidem*, p. 90.

Mediterrâneo e o Mar do Norte enquanto fachadas e vias marítimas que propiciam essas mesmas hegemonias. Tais Cidades-Estado formam uma espécie de nós onde se cruzam os eixos das redes comerciais e constituem-se como centros políticos de reduzida dimensão geográfica.

Em contraste com esta fase mercantil, a sociedade industrial que cronologicamente lhe sucede é por excelência o tempo do Estado-Nação. Poderia talvez afirmar-se que a escala, territorialmente exígua, da Cidade-Estado já não tem capacidade para assegurar o domínio sobre o novo espaço económico moldado pela industrialização. Tal escala seria boa no tempo do comércio, parece deixar de o ser quando a indústria configura o novo tipo de sociedade. Por outras palavras: talvez se possa concluir que a anterior equação capitalismo mercantil / Cidade-Estado seria substituída por esta outra – capitalismo industrial / Estado-Nação.

Os fundamentos para esta nova equação permitem uma aproximação entre as realidades económicas, a natureza das actividades produtivas e as formas de organização social e política que coincidem no tempo. É possível que a estrutura da produção industrial obrigue a redimensionar o território onde actuam os centros de decisão política. O espaço económico da sociedade industrial está amplamente referenciado a um mercado interno que supõe uma dimensão significativa e exige um poder de regulação que lhe é proporcionado pelo Estado nacional. Não será certamente por acaso que dois importantes países europeus – a Itália e a Alemanha – se unificaram no séc. XIX, como que para assumirem a configuração de Estados-Nações, em correspondência ao processo de industrialização das suas sociedades.

Por muitas razões, a sociedade industrial impõe determinado tipo de funções ao Estado-Nação. Por exemplo: fonte de normas jurídicas, do Estado emana o direito dos negócios; garante da uniformização de procedimentos, o Estado regula os pesos e as medidas; protector do mercado nacional, o Estado determina os contingentes e as burocracias de importações e exportações. E assim por diante. Mas o exercício destas funções supõe uma escala territorial que já não se compadece com as dimensões de uma Cidade-Estado.

O Estado tem doravante uma configuração composta pela célebre trilogia povo/território/governo, trilogia aliás sustentada pelo sentido do nacionalismo o qual serve de fonte de legitimidade para o poder da nova burguesia. Os especialistas conhecem o pensamento de Ernest Gellner acerca da ideologia nacionalista e da articulação que estabelece entre nacionalismo e sociedade industrial. A sua tese, podendo ter certos aspectos discutíveis, mostra com razoável evidência como o capitalismo industrial se articula historicamente com o nacionalismo de Estado. O processo de industrialização exige «um novo tipo de mobilidade» e

«um certo tipo de igualitarismo», enquanto que por sua vez «o nacionalismo está enraizado num *determinado tipo* de divisão do trabalho, complexo, persistente e cumulativamente em mudança»³. O advento da sociedade industrial implica um poder de Estado susceptível de dar a todos os cidadãos o acesso a uma mesma educação, uma cultura comum, um exército que represente o povo em armas, embora «o monopólio da educação legítima seja agora mais importante do que o monopólio da violência legítima. Quando se compreende isto, então também pode ser compreendido o imperativo do nacionalismo, bem como as raízes que tem»⁴. Estado-Nação e ideologia nacionalista são assim atributos da sociedade industrial. O sistema educacional moderno constrói uma pirâmide que nos fornece o «critério para a dimensão mínima de uma unidade política possível. Nenhuma unidade que seja demasiado pequena para conter esta pirâmide pode funcionar devidamente»⁵. De novo encontramos o imperativo da escala para a unidade política que é o Estado-Nação. E o mesmo autor pode concluir nestes termos: «As raízes do nacionalismo mergulham efectivamente, de forma muito profunda, nos requisitos estruturais distintivos da sociedade industrial»⁶.

Esta constatação prolonga-se numa outra ideia que nos é sugerida pela norte-americana Nancy Fraser ao usar repetidamente a expressão «Estado westfaliano-keynesiano»⁷, juntando numa feliz fórmula a configuração territorial do moderno Estado soberano e a regulação do espaço económico pelos centros de decisão política. Se Westfália consagrou o Estado territorial e soberano, onde a fronteira delimita a área da jurisdição política, o keynesianismo tirou as consequências da função desse Estado enquanto regulador do mercado no espaço económico nacional, no quadro do que alguns designam como modo de produção fordista. Se o registo westfaliano identifica o Estado moderno enquanto unidade política (a soberania territorializada), o modelo de desenvolvimento keynesiano sublinha o papel determinante dos poderes públicos na gestão da sociedade industrial (o controlo político do espaço económico nacional). Em suma, numerosos elementos nos encaminham para a afirmação de que a economia-mundo do capitalismo industrial encontrou no Estado-Nação a forma mais adequada de se organizar politicamente, numa fase em que o mercado interno (nacional), justamente controlado pelo poder político, constituía o quadro para a acumulação do capital⁸.

³ Ver GELLNER 1993, pp. 44-45.

⁴ *Ibidem*, p. 59.

⁵ *Ibidem*, p. 58.

⁶ *Ibidem*, p. 60.

⁷ FRASER 2008.

⁸ Omitimos aqui o interessante debate em torno da articulação entre revolução industrial e imperialismo: grande parte das nações industrializadas teve a tendência para se expandir territorialmente sob forma de impérios, ultrapassando assim a fronteira do espaço nacional.

Estaremos a assistir a uma nova transição destas coordenadas, agora que as nossas sociedades parecem entrar no período que Manuel Castells⁹ designa como «sociedade informacional»? Esta expressão, certamente mais feliz que a de «sociedade pós-industrial»¹⁰, é particularmente adequada para traduzir a complexa situação presente, com os seus vários e bem conhecidos ingredientes: a capacidade de produzir, processar, armazenar e transmitir informação não só aumentou exponencialmente como se tornou factor decisivo de produtividade e de poder; o novo paradigma tecnológico facilitou a emergência da estrutura reticular da sociedade e das organizações (tema da sociedade-rede); a densidade dos processos de crescente interdependência gerou dinâmicas globalizadoras.

Estes processos são bem conhecidos, como é conhecida a tese do correlativo enfraquecimento dos Estados nacionais, dado o parcial declínio dos centros de decisão política. Para uns, acabou o tempo das economias nacionais, agora absorvidas pela malha de uma «teia global», segundo a expressão vulgarizada por Robert Reich¹¹. Para outros, haveria razões para anunciar o «fim dos territórios»¹² (termos de Bertrand Badie) ou mesmo proclamar o fim do Estado-Nação¹³ (como o fez Kenichi Ohmae). Qualquer que seja a nossa apreciação acerca destas teses, um facto parece indiscutível: a globalização dos mercados veio a par da multiplicação das redes transnacionais, sobrepondo-se em muitos aspectos às tradicionais autoridades públicas e aos governos nacionais.

Numerosas tendências apontam numa direcção: os espaços económicos gerados pela sociedade informacional parecem já não caber na dimensão da escala geográfica do capitalismo industrial que coincidia com o território do Estado-Nação. Esses novos espaços ora se ampliam para dimensões muito superiores às dos Estados, ora se modelam ao sabor de distintas integrações, mas em qualquer caso formam-se “violando” as fronteiras tradicionais que quase se diluem em imprevistas configurações.

A constituição de espaços económicos alargados é uma evidência que dispensa argumentações. Se o caso da União Europeia (com o seu mercado único e a livre circulação de pessoas, de bens e de capitais) é porventura o mais paradigmático de todos, muitos outros espaços de iniciativa intergovernamental se têm formado nas últimas décadas, desde o NAFTA ao Mercosul, desde a CEDEAO à SADC, desde a ASEAN à APEC... Fenómenos de integração das

⁹ Ver CASTELLS 2002.

¹⁰ Ver DRUCKER 2003.

¹¹ REICH 1993.

¹² BADIE 1995.

¹³ OHMAE 1996.

economias ou, pelo menos, de coordenação dos objectivos de desenvolvimento têm levado a processos de regionalização interestatal, que alguns chegam a designar como de «continentalização das economias». A frequência destas iniciativas parece indiciar que o antigo território do Estado nacional já não tem a dimensão óptima para o desenvolvimento do capitalismo informacional, obrigando à emergência de novos espaços mais vastos. Dir-se-ia que a mobilidade dos factores sociais e produtivos induz a formação de áreas geoeconómicas de escala supranacional e que o modo de produção agora dominante exige abolição de fronteiras e geografias alargadas.

Os processos de regionalização, porém, podem adquirir outra morfologia. As regiões, em vez de consistirem na junção de vários Estados, podem formar-se pela união de áreas mais ou menos contíguas, com reduzida ou mesmo nula intervenção dos poderes centrais, constituindo-se em espaços económicos inovadores por vezes designados como «macro-regiões». O já citado japonês Kenichi Ohmae foi porventura precursor na análise desta tendência ao identificar tais novas regiões, com evidente relevo para as do continente asiático, onde localiza, entre diversos outros, aquele que chama «o triângulo de maior crescimento»¹⁴, um triângulo com os seus vértices em Medan (na ilha de Samatra), Penang e Phuket, à beira do eixo que é o Estreito de Malaca: espaços de três países diferentes (Indonésia, Malásia e Tailândia), formando uma malha densa que atinge os maiores níveis de crescimento económico mundial.

Esta expressão «macro-regiões» pode igualmente aplicar-se às «euro-regiões». Desde há bastantes anos, os analistas têm identificado zonas do continente europeu que se distinguem pelo dinamismo e pela interdependência das suas economias, sendo particularmente célebre a representação da “banana”, espaço de maior desenvolvimento no próprio quadro da UE, ocupando uma vasta área que desce de Londres até Milão (ou inflectindo mesmo até Barcelona), passando por Amsterdão, Bruxelas, Paris, Francoforte... Mas esta delimitação é informal, ao contrário de outras onde a «euro-região» se formalizou. Por exemplo, em 2006 foi constituída a euro-região adriática formada por 22 governos locais de seis diferentes países ribeirinhos do Mar Adriático (Itália, Eslovénia, Croácia, Bósnia-Herzegovina, Montenegro, Albânia). Um outro caso é o da euro-região formado pelo *continuum* franco-italiano Rhône-Alpes, Provence Alpes Côte-d’Azur, Vale d’Aosta, Piemonte, Ligúria. Mais próxima de nós, a euro-região Pirinéus-Mediterrâneo abrange as áreas francesas Languedoc-Roussillon e Midi-Pyrénées e as espanholas Aragão, Ilhas Baleares e Catalunha, com os seus pólos dominantes que são Toulouse e Barcelona.

¹⁴ *Ibidem*, pp. 9 e 74.

Tais processos desenvolvem-se à margem das antigas fronteiras e geram novos espaços económicos que já não coincidem com os espaços nacionais. Economias regionalizadas, por vezes quase continentalizadas, altamente conectadas entre si no quadro dessa outra tendência maior que é a globalização, já não correspondem ao território do Estado-Nação. Nestes tempos de transição para a sociedade informacional, os poderes públicos tradicionais só limitadamente asseguram o controlo político dos espaços económicos.

Desenvolvendo-se neste registo de geometria variável, onde até mesmo se assiste ao ressurgimento de Cidades-Estado como Singapura ou Hong-Kong, a própria economia de algum modo se “desmaterializa” tornando-se virtual. Certamente com fundamento se fala da desvalorização do território e da transição da geopolítica dos territórios para a geopolítica dos fluxos, de tal forma é determinante a dinâmica dos fluxos de toda a ordem: fluxos de pessoas, fluxos de capitais, fluxos de informação, fluxos comerciais...

A gestão destas realidades torna-se inevitavelmente fluida e parece ser assegurada por redes transnacionais, formais ou informais, com a multiplicação de centros de decisão, desde os organismos intergovernamentais até às administrações das firmas multinacionais e a tantos outros actores que actuam nesse terreno, algo nebuloso, dito da “governança global”.

Encontramos assim uma terceira equação. Na primeira, vimos a associação possível entre capitalismo mercantil e Cidade-Estado. Na segunda, constatámos a articulação entre sociedade industrial e Estado-Nação. Na terceira, admitimos coincidência entre sociedade informacional e redes transnacionais, bem como – talvez – poderes supranacionais de tipo novo.

Esta reflexão, onde se cruzam a geopolítica e a geoeconomia, sublinha conceitos susceptíveis de melhorar a nossa capacidade de interpretar as realidades contemporâneas. De algum modo, traçámos uma geopolítica das grandes fases do capitalismo, mostrando como se articulam de modo diferenciado os espaços económicos e os territórios políticos. Eles variam nas suas dimensões, nas suas funções e nas suas interacções. Como é evidente, a fase actual – a da sociedade informacional – é a mais complexa e a mais incerta, observando-se tendências no sentido de um novo enquadramento para o Estado westfaliano-keynesiano. E a configuração internacional contemporânea parece controlada por influentes centros de decisão sob forma de redes transnacionais, interagindo com os poderes tradicionais e as dinâmicas globalizadoras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BADIE, B., 1995
La fin des territoires: essai sur le désordre international et sur l'utilité sociale du respect, Fayard, Paris.
- BRAUDEL, F., 1985
A dinâmica do capitalismo, Teorema, Lisboa.
- CASTELLS, M., 2002
A era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura, vol. I – A sociedade em rede, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- DRUCKER, P.F., 2003
Sociedade pós-capitalista, Actual Editora, Lisboa.
- FRASER, N., 2008
Scales of Justice, Reimagining Political Space In A Globalizing World, Blackwell Publishers, Oxford.
- GELLNER, E., 1993
Nações e nacionalismo, Gradiva, Lisboa.
- OHMAE, K., 1996
O fim do Estado Nação, A ascensão das economias regionais, Editora Campus, Rio de Janeiro.
- REICH, R.B., 1993
O Trabalho das Nações: Preparando-nos para o Capitalismo do Século XXI, Lisboa: Quetzal Editores.